

Perguntas Frequentes - Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID)

Quais são as principais atribuições da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID)?

Resposta: A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) atua como eixo de conexão estrategicamente planejada entre as políticas de desenvolvimento do Brasil e sua atuação em foros internacionais de desenvolvimento, dos quais o país é muitas vezes membro ou acionista, além de mutuário.

Na condição de membro ou acionista, a atuação da SEAID é fundamental no sentido de orientar os recursos e ações desses organismos internacionais para o atendimento às necessidades do país, no financiamento a projetos de infraestrutura ou a projetos com o setor privado focados na inovação e no desenvolvimento tecnológico e no fomento à transição para uma economia sustentável e de baixo carbono, além de iniciativas de apoio a pequenas empresas e ao empreendedorismo feminino, entre outras.

Na qualidade de mutuário, a SEAID assegura que os projetos com garantia da União a serem financiados estejam alinhados com a estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Governo Federal em conjunto com diferentes atores políticos (Estados, Municípios e Congresso Nacional) e com os setores da sociedade envolvidos.

As competências da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento e de suas Diretorias estão elencadas no Artigo 28 do Decreto nº 11.353, de 2023 (alterado pelo Decreto nº 11.398, de 2023).

Como a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) atua junto aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)?

Resposta: Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) são instituições financeiras públicas, fundadas e mantidas com contribuições dos países membros (dentre outras fontes de recursos, como captações junto ao mercado financeiro, doações, etc). Sua função básica é financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico-social dos países que são clientes.

Existem no mundo cerca de trinta BMDs, sendo alguns de atuação regionalizada e outros de atuação global. Dentre as BMDs cujo relacionamento institucional é coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) estão: o Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA); o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e outros organismos financeiros regionais de desenvolvimento em que o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) seja o órgão de enlace.

A SEAID é o eixo de conexão entre as políticas de desenvolvimento do Brasil e sua atuação em foros internacionais de desenvolvimento, dos quais o país é muitas vezes membro ou acionista, além de mutuário. Na condição de membro ou acionista, a SEAID atua no sentido de orientar os recursos e ações desses organismos para o atendimento às necessidades do país, no financiamento a projetos de infraestrutura ou a projetos com o setor privado focados na inovação e no desenvolvimento tecnológico e no fomento à transição para uma economia sustentável e de baixo carbono, além de iniciativas de apoio a pequenas empresas e ao empreendedorismo feminino, entre outras.

Na qualidade de mutuário, a SEAID assegura que os projetos com garantia da União a serem financiados (analisados tecnicamente pela SEAID e aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX), instância governamental coordenada pelo MPO) estejam alinhados com a estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Governo Federal em conjunto com diferentes atores políticos (Estados, Municípios e Congresso Nacional) e com os setores da sociedade envolvidos.

Qual é a atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) em relação às linhas de financiamento junto às instituições de desenvolvimento multilaterais?

Resposta: A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) atua em estreita parceria com Estados, Municípios e instituições financeiras de desenvolvimento para reformular as regras para submissão e análise dos projetos, aumentando sua transparência, reduzindo trâmites burocráticos e viabilizando maior

acesso às linhas de financiamento disponibilizadas por entidades como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

No âmbito do esforço de reformulação e modernização das regras, estão sendo priorizados critérios relacionados à transição energética, economia de baixo carbono, fomento à inovação, equidade de gênero e valorização da diversidade. Projetos adequados e alinhados à nova estratégia de desenvolvimento do Brasil significam mais recursos para Estados e Municípios, maior investimento, melhoria da infraestrutura física e social, promoção do desenvolvimento regional e da redução das desigualdades regionais e da pobreza, e, conseqüentemente, mais emprego e renda para brasileiros.

Quem faz a análise de projetos de desenvolvimento com financiamento externo?

Resposta: O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) é responsável pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), que analisa todos os projetos de financiamento de bancos de desenvolvimento multilaterais junto ao poder público no Brasil. A COFIE possui uma carteira ativa com projetos em diferentes frentes: infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento, entre outros; e a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAD) atua como sua Secretaria Executiva.

Os entes subnacionais (Estados e Municípios), principais demandantes desse tipo de recurso, não podem contratar diretamente recursos externos, necessitando da garantia soberana da União. Por isso, a SEAD exerce um papel estratégico na política de desenvolvimento do País.

O que é a Comissão de Financiamentos Externos (COFIE)?

Resposta: A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE) é composta por diferentes órgãos da esfera federal (Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda e Ministério de Relações Exteriores) e sua Secretaria Executiva é exercida pela Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAD). A finalidade da Comissão é avaliar programas/projetos do setor público, cuja matriz de financiamento possua recursos externos oriundos de Organismos Financeiros Internacionais ou Agências Governamentais Estrangeiras, como, por exemplo, Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Suas competências e composição estão dispostas no Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017.

Onde posso encontrar informações mais detalhadas relativas ao funcionamento da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE)?

Resposta: Na página <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cofiex>, podem ser encontradas diversas informações detalhadas relativas ao funcionamento da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), dentre elas o Calendário das Reuniões, a legislação correlata, os Projetos em execução, além do Manual de Financiamento.

Quais são as regras para submissão e análise dos projetos de desenvolvimento com financiamento externo?

Resposta: As regras para submissão e análise dos projetos pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE) estão sendo reformuladas, aumentando a transparência e agilizando todo o processo. Após a reengenharia de processos, dar-se-á início ao desenvolvimento do Portal Único de Financiamentos Externos. Baseado no conceito de janela única, o Portal vai simplificar o acesso a financiamentos externos para projetos públicos. A ideia é reduzir o tempo de aprovação dos financiamentos e ao mesmo tempo promover melhor qualidade dos projetos. Em suma, melhor uso dos recursos disponíveis para a população.

Quais critérios serão priorizados para a análise dos projetos de desenvolvimento com financiamento externo?

Resposta: Na análise dos projetos pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE) serão priorizados critérios relacionados à transição energética, economia de baixo carbono, fomento à inovação, equidade de

gênero e valorização da diversidade. Projetos adequados e alinhados à nova estratégia de desenvolvimento do Brasil significam mais recursos para Estados e Municípios, maior investimento, melhoria da infraestrutura física e social, promoção do desenvolvimento regional e da redução das desigualdades regionais e da pobreza, e, conseqüentemente, mais emprego e renda para brasileiros.

Quem realiza os pagamentos a Organismos Internacionais dos quais o Brasil faz parte?

Resposta: A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) é responsável pelos pagamentos de contribuições regulares para os Organismos Internacionais de Direito Público Internacional, além de integralizações de cotas a bancos internacionais e de recomposição a fundos internacionais. Em Brasil em 2023 conseguiu colocar em dia os pagamentos a organismos internacionais, e com isso, será possível retomar já em 2024, de forma plena, a relevância natural que o País tem na arena internacional, além de permitir que projetos de fundos multilaterais voltem a ser executados no Brasil.

A quantas instituições internacionais a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) faz pagamentos? E quais são os principais?

Resposta: Atualmente, o Brasil paga 110 Instituições Internacionais (organismos, bancos e fundos internacionais). Dentre os principais estão ONU, OMS, OIT, UNESCO, TPI, OPAS, OEA, Secretaria do Mercosul, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), dentre outros.

Qual a atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) nos mecanismos e foros regionais e multilaterais de desenvolvimento?

Resposta: A Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) é o locus para coordenação da participação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) em mecanismos e foros regionais e multilaterais de desenvolvimento, como Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, G20 e BRICs.

Em relação ao processo de acesso do Brasil à OCDE, pretende-se estruturar diálogo com os demais órgãos de governo e entidades do setor privado, sobre potenciais benefícios da entrada do país na Organização. Ao promover boas práticas em políticas públicas, impulsionar a melhoria do ambiente de negócios, fomentar a concorrência e a inovação, implementar políticas públicas com base em evidências e com foco na redução da pobreza e da desigualdade, o Brasil se aproxima da OCDE, e pode exercer o papel de liderança junto aos países em desenvolvimento na formulação de regras, princípios e recomendações de política pública entre os membros da OCDE.

Qual é o papel da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID) na formulação da política de comércio exterior e investimentos no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)? O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), participa ativamente da formulação da política de comércio exterior e investimentos no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

A CAMEX é o órgão colegiado do Governo Federal (composto por Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, Ministério das Relações Exteriores - MRE e Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA) responsável pela formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e de atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, aos investimentos estrangeiros diretos, aos investimentos brasileiros no exterior e ao financiamento às exportações, com vistas a promover o aumento da produtividade da economia brasileira e da competitividade internacional do País.

A SEAID defende que a CAMEX estabeleça as diretrizes para a nova política de comércio exterior e investimentos do país. Tal política deverá ser um dos pilares de um processo de reindustrialização que se baseie em inovação, intensidade tecnológica, transição energética, economia de baixo carbono, promoção da concorrência e previsibilidade. E considera importante promover a realização de novos acordos comerciais

com parceiros estratégicos por meio do Mercosul, assinar acordos já celebrados, aprofundar o processo de desburocratização do comércio exterior brasileiro (reduzindo tempos e custos operacionais com exportação e importação), facilitar investimentos, promover o acesso de bens e serviços brasileiros no exterior, e garantir o acesso à importação de insumos para a produção de bens com o menor custo possível, reduzindo barreiras desnecessárias que aumentam o custo da importação e reduzem a competição no mercado interno e a produtividade/competitividade da indústria brasileira, prejudicando, ainda, o bem-estar geral dos consumidores brasileiros com produtos mais caros e de menor qualidade.